

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



FE

TCC/UNICAMP P134e

CAIO AUGUSTO TOLEDO PADILHA

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO  
GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)**

**PREZADO LEITOR**

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado pois se houver qualquer dano (rabisco, rasgo, etc.) ou extravio de algum material, você será responsável pela reposição.

BIBLIOTECA

CAMPINAS

2010

Universidade Estadual de Campinas  
Faculdade de Educação

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

bs92e102

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO  
GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)**

**Autor: Caio Augusto Toledo Padilha**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência para  
a conclusão do curso de  
Pedagogia na Faculdade de  
Educação da Universidade  
Estadual de Campinas, sob a  
orientação do prof. Dr. José  
Claudinei Lombardi.

**CAMPINAS**

**2010**

**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	Jcc/Unicamp P134e
V:	EX:
Tombo:	5490
PROC.:	13011
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	14.04.11
COD. TÍTULO:	75347

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

P134e Padilha, Caio Augusto Toledo.  
Um estudo sobre as políticas educacionais do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) / Caio Augusto Toledo Padilha. -- Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientador: José Claudinei Lombardi.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Políticas educacionais – Brasil – História. 3. Brasil – História – 1956-1961. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

10-341-8FE

**Caio Augusto Toledo Padilha**

**UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO  
JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a conclusão do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do prof. Dr. José Claudinei Lombardi.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

—  
Prof. Dr. José Claudinei Lombardi - Orientador

---

—  
Prof. Ms. Ricardo Pereira

**Campinas**

**2010**

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço a todos que fizeram ou fazem parte da minha trajetória, direta ou indiretamente, compartilhando saberes, experiências e sentimentos, tornando rica a minha existência. Muito obrigado por me incentivarem, de uma maneira ou de outra, a acreditar continuamente na transformação de sonhos e utopias em realidade, no compartilhar e na possibilidade da educação ser um importante agente na construção de uma nova consciência humana.*

## RESUMO

### UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

*AUTOR: CAIO AUGUSTO TOLEDO PADILHA*

*ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI*

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) representou a afirmação da ideologia nacional-desenvolvimentista, aquela criada e defendida pelos intelectuais pertencentes ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e que influenciou a formulação de políticas públicas de 1945 a 1964, ao optar pela implantação de um programa de industrialização que objetivava modernizar o país a partir do desenvolvimento econômico. O governo JK fez com que o país crescesse economicamente, mas não conseguiu reproduzir essa dinâmica de desenvolvimento no campo social, especialmente na educação, pouco contribuindo para a resolução de problemas como o analfabetismo, a ausência de uma “cultura escolar” e de qualificação da grande maioria da população para o exercício de funções na nova estrutura socioeconômica configurada pelo projeto nacional-desenvolvimentista. Este trabalho objetivou compreender esse processo a partir da realização de uma pesquisa junto a documentos históricos e produções científicas, fundamentada por uma metodologia histórico-crítica, sobre as políticas educacionais do governo JK, identificando suas origens, concepções, implementações e suas consequências para o Brasil.

Palavras-chave: Educação; História das Políticas Educacionais; Brasil – história – 1956-1961  
NÚMERO DE PÁGINAS DO TCC:  
CURSO: PEDAGOGIA DIURNO

## RESUMO

### UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) representou a afirmação da ideologia nacional-desenvolvimentista, aquela criada e defendida pelos intelectuais pertencentes ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e que influenciou a formulação de políticas públicas de 1945 a 1964, ao optar pela implantação de um programa de industrialização que objetivava modernizar o país a partir do desenvolvimento econômico. O governo JK fez com que o país crescesse economicamente, mas não conseguiu reproduzir essa dinâmica de desenvolvimento no campo social, especialmente na educação, pouco contribuindo para a resolução de problemas como o analfabetismo, a ausência de uma “cultura escolar” e de qualificação da grande maioria da população para o exercício de funções na nova estrutura socioeconômica configurada pelo projeto nacional-desenvolvimentista. Este trabalho objetivou compreender esse processo a partir da realização de uma pesquisa junto a documentos históricos e produções científicas, fundamentada por uma metodologia histórico-crítica, sobre as políticas educacionais do governo JK, identificando suas origens, concepções, implementações e suas consequências para o Brasil.

**Palavras-chave:** Educação; História das Políticas Educacionais; Brasil – história – 1956-1961

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>02</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>05</b>
<b>Capítulo I: O contexto político-econômico no período 1930-1961</b>	
1.1 A ascensão de Vargas ao poder e o fim da República Velha.....	07
1.2 A redemocratização e o governo Dutra (1945-1950).....	10
1.3 O retorno de Vargas à Presidência (1950-1954).....	11
1.4 A crise política e a eleição de Juscelino Kubitschek.....	13
<b>Capítulo II: A educação no período pré-JK (1930-1955)</b>	
2.1 O movimento escolanovista e a educação.....	17
2.2 A educação no Estado Novo (1937-1945).....	19
2.3 A educação na redemocratização, a atuação do governo Dutra (1945-1950) e as discussões sobre a LDB.....	21
<b>Capítulo III: O ideário nacional-desenvolvimentista e o Plano de Metas</b>	
3.1 O ideário nacional-desenvolvimentista reconhecido na atuação de JK.....	23
<b>Capítulo IV: A educação no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)</b>	
4.1 A educação básica e a formação para o trabalho.....	28
4.2 O ensino superior e sua expansão.....	31
4.3 A intelectualidade e a formulação das políticas educacionais no período.....	35
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>41</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>45</b>

## Introdução

O trabalho de conclusão de curso intitulado “Um Estudo Sobre as Políticas Educacionais do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)” é fruto de um interesse pela temática desde as aulas de História do Brasil nos tempos de ensino fundamental e médio, reafirmado pela oportunidade de estudar o período, já no ensino superior, como pesquisador iniciante, tendo dois projetos ligados à temática, orientados pelo professor José Claudinei Lombardi, financiados pelo PIBIC/CNPq.

Inicialmente, nos tempos de colégio, o interesse pelo período nacional-desenvolvimentista e, mais precisamente, pelo governo Juscelino Kubitschek estava associado à tentativa de compreensão do projeto desenvolvimentista que culminaria na adoção do slogan “50 anos em 5” para caracterizar uma gestão voltada às grandes obras, como a capital Brasília, e a aceleração do desenvolvimento econômico. A abordagem que os professores utilizavam sobre o governo JK era quase sempre polêmica. Alguns enalteciam seus feitos e seu projeto modernizador, considerando Kubitschek o maior estadista brasileiro. Outros, por sua vez, creditavam ao seu governo corrupção, ausência de um projeto de desenvolvimento social e a consolidação do sistema capitalista por meio do recebimento de capital externo para a implantação do projeto de industrialização do país. Alheio às polêmicas, resolvi pesquisar sobre o período e construir uma posição sobre o tema.

A entrada na universidade e o acesso à pesquisa me motivaram a dar prosseguimento aos estudos sobre o governo Juscelino Kubitschek, porém com

uma nova atribuição: identificar o seu projeto educacional. Apesar das polêmicas em torno da atuação de JK, é fato para as diferentes correntes que este incitou o país à aceleração do crescimento econômico por meio da implantação de indústrias. Promoveu-se o desenvolvimento econômico (o Brasil atingia altos índices de crescimento) e, no entanto, as políticas sociais do então governo são pouco discutidas em âmbito acadêmico. Partiu deste contexto o meu interesse em estudar as políticas educacionais de um governo, que ainda é alvo de discussões polêmicas, e teve o seu caráter desenvolvimentista continuamente reafirmado pelos sucessores.

No segundo ano como estudante de Pedagogia, recorri à orientação do professor José Claudinei Lombardi e desenvolvi o primeiro projeto de iniciação científica ligado à temática, intitulado “Um Estudo Sobre a Operacionalização das Políticas Educacionais do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)”, cujo objetivo era identificar o que o governo havia concretizado como política pública no campo educacional. Posteriormente, renovei meu vínculo como bolsista de iniciação científica, ainda desenvolvendo estudos sobre temáticas ligadas ao tema central desta monografia, atuando em um projeto de pesquisa intitulado “Um Estudo Sobre as Políticas Educacionais do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e sua Repercussão Entre a Intelectualidade do Estado de São Paulo”, tendo como objetivo principal identificar como as políticas educacionais implantadas por JK repercutiam entre a intelectualidade presente na unidade da federação mais rica do país, tida como “locomotiva” do projeto desenvolvimentista.

A partir da reunião dos dados coletados durante dois anos como pesquisador iniciante, iniciei a construção deste trabalho, com o auxílio do

orientador, a partir da seguinte questão de pesquisa: *De que forma o ideário nacional-desenvolvimentista influenciou e quais foram os principais objetivos das políticas educacionais do governo Juscelino Kubitschek?* O objetivo central é retomar as discussões sobre o período nacional-desenvolvimentista, compreendendo a importância deste ideário para a construção de um projeto de nação e a elaboração de determinados tipos de políticas educacionais que têm gerado consequências para a sociedade e influenciado agentes governamentais até os dias atuais.

Este trabalho visou atender os objetivos delimitados para a pesquisa, propiciar novas discussões sobre a temática e retribuir a contribuição de milhares de pessoas que se doaram cotidianamente para que eu estivesse aqui, tendo acesso ao conhecimento produzido na Academia, sem que elas tivessem a mesma oportunidade.

## **Metodologia**

Optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, histórica, bibliográfica e documental que nos permitisse, por meio de uma metodologia histórico-crítica, atingir os objetivos da pesquisa que são definir minimamente: a) Contexto econômico e político do período (1930-1961); b) A educação no período pré-JK (1930-1955); c) As concepções pedagógicas presentes no período pré-JK (1930-1955) e no período JK (1956-1961); c) A inserção da educação no Plano de Metas e a concepção das políticas educacionais; d) o ideário nacional-desenvolvimentista; e) A atuação da intelectualidade no período (1930-1961) no campo educacional. É oportuno destacar que os seguintes procedimentos metodológicos possibilitaram a construção desta pesquisa qualitativa: 1 – revisão bibliográfica e ampliação do estado da arte; 2 – pesquisa documental junto a jornais e legislação da época; 3 – análise de discurso e de conteúdo dos dados coletados, visando confrontar os resultados provocando exercício de compreensão e recontextualização do período estudado.

## 1 - O contexto político-econômico no período 1930-1961

A chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 não significaria somente a derrocada da República Velha e a ascensão de novos elementos no quadro político brasileiro, mas a inserção de políticas públicas que tinham como objetivo modernizar o país, substituindo o modelo agroexportador pelo modelo industrial, provocando a reestruturação do Estado e da sociedade.

A crise de 1929, que provocou a falência de boa parte dos representantes do setor agrícola, não fora solucionada pelo então presidente Washington Luiz e provocaria a sociedade brasileira a repensar suas atividades econômicas, vislumbrando a indústria como alternativa para a modernização. Esta mudança de postura propiciou uma aliança entre fazendeiros excluídos ou insatisfeitos com a condução do processo eleitoral (neste grupo se encontravam os políticos mineiros e gaúchos<sup>1</sup>) e a emergente classe média urbana-industrial, que via o modelo industrial como forma de ascender economicamente e ganhar poder político.

O reposicionamento político destes setores da sociedade, cujo marco fora o lançamento da candidatura presidencial de Getúlio Vargas com o apoio dos políticos mineiros que até então formavam a base governista, inviabilizaria o projeto de continuísmo proposto por Washington Luiz a partir da indicação do político paulista Júlio Prestes como seu candidato à sucessão.

---

<sup>1</sup> Lideravam este grupo, o ex-ministro da Fazenda do governo Washington Luiz, Getúlio Vargas, fazendeiro gaúcho, e Antonio Carlos de Andrada, deputado mineiro e personagem político influente.

A suposta fraude eleitoral que daria a vitória à Prestes, a morte de João Pessoa<sup>2</sup>, candidato a vice na chapa oposicionista, e a grave crise econômica enfrentada pelo país fortaleceriam a “Aliança Liberal” comandada por Vargas e tornariam insustentável a manutenção no poder de Washington Luiz. Deposto, o ex-presidente se exila e a Junta Militar que o substitui dá posse a Getúlio Vargas, homologado chefe da suposta revolução.

### **1.1 - A ascensão de Vargas ao poder e o fim da República Velha**

Vargas assume o poder tentando normalizar a situação político-econômica do país que, além da crise econômica vivida, tinha visto a Revolução Constitucionalista de 1932 ocorrer no estado de São Paulo. Desta forma, o então presidente garante a realização de eleições em curto espaço de tempo, mas após realizar várias manobras políticas, mantém-se como Chefe de Estado eleito pela Assembléia Nacional Constituinte e promulga a Constituição de 1934, cujo intento era “...organizar um regime democrático, que assegure à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934, p.1), consolidando os ideais defendidos pelos vitoriosos de 1930.

Com a continuidade no poder garantida, Vargas se consolidaria como principal liderança política do país e iniciaria um programa de estabilização da

---

<sup>2</sup> João Pessoa, candidato a vice presidente na chapa de Getúlio Vargas, foi assassinado em 26 de julho de 1930. Sua morte provocou uma grave crise política, pois comoveu a população e acelerou o processo de deposição do presidente Washington Luiz, que apoiara o paulista Julio Prestes nas eleições presidenciais, provocando o fim do acordo Minas Gerais-São Paulo que promovia a alternância dos dois estados na Presidência da República.

economia, renegociando a dívida externa com a declaração de moratória e o auxílio da Missão Niemeyer<sup>3</sup>. Como a agricultura ainda era o principal setor produtivo, queimava-se sacas de café para promover a revalorização do produto e dar condições aos fazendeiros de se recuperarem financeiramente.

As medidas no campo econômico deram a garantia de apoio das elites ao então governo. O apoio das classes trabalhadoras viria com a elaboração de políticas sociais, voltadas ao campo do trabalho, cujo objetivo central era gerar uma estrutura sindical corporativista. Essas políticas foram responsáveis pela criação de uma série de benefícios sociais (fixação da jornada de trabalho em 8 horas; regulamentação do trabalho do menor e da mulher; instituição da carteira de trabalho; entre outros) (Cf. CAPELATO, 2003) que acabariam promovendo a imagem de Getúlio junto à população pobre, sustentando a imagem de “Pai dos Pobres” criada posteriormente pelos órgãos de propaganda ligados ao governo federal.

Ao fortalecer sua imagem junto aos diferentes segmentos da sociedade brasileira, Getúlio Vargas aproveitou o apoio para bloquear a Intentona Comunista de 1935<sup>4</sup>, dissolver o sistema partidário e derrubar a Constituição Federal de 1934, promulgando uma nova carta magna em 1937, documento que institucionalizaria o Estado Novo e garantiria a permanência do presidente no poder até a redemocratização em 1945.

---

<sup>3</sup> A Missão Niemeyer fora chefiada pelo então diretor do Banco da Inglaterra e propusera não só um novo “funding loan”, mas a criação no Brasil de um Banco Central. (Cf. CORAZZA, 2006).

<sup>4</sup> A Intentona Comunista foi um levante político-militar que ocorreu em 1935 com o propósito de combater as oligarquias, o imperialismo e o autoritarismo a partir da defesa da reforma agrária, da abolição da dívida externa e do estabelecimento de um governo de base popular.

O Estado Novo daria ao presidente plenos poderes para a implantação do seu projeto de modernização nacional. Investindo na industrialização pesada e na criação de indústrias de bens de capital, o governo instituiria uma política nacional-desenvolvimentista (Cf. BASTOS, 2006), transformando o cenário econômico e abrindo espaço para a consolidação do sistema capitalista no país.

Se no campo econômico o país entrava em rota de transformações, politicamente o mesmo também ocorria. Os indivíduos pertencentes à oligarquia política dominante na República Velha saíam de cena e eram substituídos por novos personagens, apoiados por Getúlio e designados por ele para assumir o comando das Interventorias estaduais. Neste contexto surgiriam nomes como Ademar de Barros, Gustavo Capanema, Benedito Valadares<sup>5</sup>, entre outros.

A aproximação do governo Vargas com o fascismo e seu consequente comportamento ditatorial aliado ao fim da Segunda Guerra Mundial, geraria forte desgaste político e culminaria na deposição do presidente em 1945. Mesmo afastado do poder, Getúlio influiria diretamente no processo político, pois os dois partidos criados por ele (PSD e PTB) na redemocratização formariam a base de sustentação que elegeria seu ex-ministro da Guerra, o marechal Eurico Gaspar Dutra.

O PSD (Partido Social Democrático) era composto por políticos ligados às elites rurais e urbanas dos grandes centros. Já o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era abrigado por sindicalistas e políticos ligados às classes trabalhadoras que apoiavam as políticas sociais de Vargas. Essa aliança garantiu

---

<sup>5</sup> Benedito Valadares fora o responsável pela entrada de Juscelino Kubitschek na vida pública. Inicialmente o convidou para ser seu oficial de gabinete na Interventoria de Minas Gerais e, posteriormente, o nomeou Prefeito de Belo Horizonte. (Cf. BOJUNGA, 2001)

a futura sustentação política de Dutra e viabilizou a posterior volta de Getúlio ao poder em 1950<sup>6</sup>, além de propiciar a ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência em 1955.

## 1.2 - A redemocratização e o governo Dutra (1945-1950)

O governo Dutra não modificou estruturalmente as bases das políticas realizadas pelo antecessor. Embora encontrasse um cenário econômico relativamente favorável, o novo governo limitou a intervenção estatal na economia num claro propósito liberal, elaborando apenas o Plano SALTE<sup>7</sup>, que seria mantido até o governo Café Filho, e estabelecendo uma política econômica “pendular”, assim definida por Bastos:

A política econômica do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) pode ser descrita por um pêndulo. Inicialmente, a prioridade recaiu sobre um plano de estabilização inflacionária (limitação do gasto público, controle do crédito) apoiado em reformas liberais (abertura comercial e financeira) e estabilidade do câmbio nominal. O diagnóstico da inflação culpava heranças intervencionistas do Estado Novo, de maneira que controlar os preços exigia liberar mecanismos de mercado e limitar influências nocivas do governo. Aproximadamente em metade do mandato, uma crise cambial forçou o governo a voltar atrás na abertura comercial para defender reservas cambiais e resguardar importações essenciais, embora sem reverter à abertura financeira inicial. O governo procurou defender a taxa de câmbio limitando importações pouco essenciais, evitando o impacto inflacionário de uma depreciação cambial. Isto protegeu o mercado interno para a produção substitutiva de importações, que seguiu seu curso à medida que o governo procurava retirar “gargalos” (escassez de divisas, crédito e infraestrutura). (BASTOS, 2003, p.1)

<sup>6</sup> Embora não estivesse formalmente coligado com o PTB na eleição presidencial de 1950, vários setores do PSD abandonaram o candidato próprio Cristiano Machado e apoiaram a volta de Getúlio Vargas.

<sup>7</sup> O Plano SALTE previa investimentos nas seguintes áreas: Saúde, Alimentação, Transportes e Energia.

Politicamente, a grande contribuição do governo Dutra esteve ligada à reinserção do país no sistema democrático a partir da elaboração da Constituição de 1946. No entanto, nem todos os setores da sociedade foram contemplados pela nova lei: os comunistas pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro, eleitos para o Senado e a Câmara dos Deputados no pleito de 1945, foram cassados e o partido foi posto na ilegalidade, arbitrariamente, semelhante ao que ocorrera nos tempos de Vargas.

As eleições de 1950 dividiriam a base de sustentação do governo Dutra com a ruptura da aliança entre PSD e PTB por causa do lançamento de candidaturas distintas à Presidência da República. Os petebistas optaram pelo lançamento de Getúlio Vargas e os pessedistas foram incitados a apoiar a candidatura governista do mineiro Cristiano Machado. O grande apoio popular ao primeiro e o abandono do PSD à candidatura do segundo configuraram o cenário eleitoral que consagraria o retorno dos getulistas ao poder.

### **1.3 - O retorno de Vargas à Presidência (1950-1954)**

A volta de Vargas significaria a retomada da política desenvolvimentista com participação efetiva do Estado. Seu novo governo criaria o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) para financiar o programa industrial, a Eletrobrás e a Petrobrás, empresas estatais que vinculariam definitivamente o projeto desenvolvimentista ao pensamento nacionalista (Cf. ARVIN-RAD, WILLUMSEN e WITTE, 1997). Os programas sociais ganharam conotações cada vez mais populistas e o grande símbolo deste tipo de política fora o aumento em

100% do salário mínimo, instituído pelo então ministro do trabalho João Goulart, ação que geraria revolta da oposição.

O segundo governo de Getúlio atrairia mais atenção pelas denúncias de corrupção e pela instabilidade política que propriamente pelo seu programa. O governo enfrentava dificuldades na aprovação de projetos, pois a UDN (União Democrática Nacional) exercia forte oposição, denunciando continuamente os supostos desmandos presidenciais. A tentativa de assassinato do deputado Carlos Lacerda, um dos principais líderes oposicionistas, e a adesão dos setores militares ao movimento pela deposição de Vargas, culminariam no suicídio de Getúlio e atrapalhariam os planos udenistas para as eleições de 1955.

A oposição não contava que o gesto fatal do presidente colocaria ainda mais em evidência as forças partidárias situacionistas. Neste contexto de tensão política surge com destaque a presença do governador mineiro Juscelino Kubitschek, apoiado por correntes do PSD e agraciado por verbas federais durante o governo Vargas<sup>8</sup>. Considerado dinâmico e carismático, JK governou sob o binômio "energia e transporte", implantando um projeto modernizador no estado.

Minas Gerais tinha papel estratégico no cenário político-econômico nacional desde os tempos da colonização portuguesa. Durante a República Velha e o período Vargas, o estado forneceu quadros políticos e abrigou boa parte da riqueza nacional, tornando-se vital ao projeto nacional-desenvolvimentista. Nas eleições de 1955 não seria diferente, mais uma vez seria importante para a definição do quadro político.

---

<sup>8</sup> Minas Gerais tinha papel estratégico no projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas. Por isso ele investiu no estado, destinando recursos para, entre outras coisas, a construção da Usina Mannesman. (Cf. CLARK e PADILHA, 2008).

#### 1.4 - A crise política e a eleição de Juscelino Kubitschek

O governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek seria lançado candidato a presidente pelo PSD em coligação com o PTB, que lançaria o gaúcho João Goulart como candidato a vice, reproduzindo a coligação que elegera Dutra em 1946 e dera sustentação política a Getúlio, além disso, seria a manutenção da aliança política entre os dois estados que compuseram a Aliança Liberal. O cálculo político fora acertado, tal qual nos mostra Benevides:

Esse tipo de cálculo político permitiu a aliança PSD/PTB para as eleições majoritárias, tornando-a indispensável para a eleição de Kubitschek em 55. Inclusive na ótica da estabilidade política. Porque? Em primeiro lugar, a ajuda eleitoral do PTB foi essencial para garantir a vitória do candidato petedista; a pequena margem de votos deveu-se ao PTB com o apoio do PC e deve ser lembrado que o petebista Goulart teve votação superior à de JK (BENEVIDES, 1975, p. 78)

Embora estivesse amparada pelo poder político de duas das principais forças partidárias do país, a dobradinha JK-Jango enfrentaria dificuldades com o setor militar, justamente por essa aproximação com o Partido Comunista Brasileiro, motivada pela declaração de apoio de Luis Carlos Prestes à chapa. Esse apoio, em meio à Guerra Fria, e a ligação da dupla com Vargas atrairiam a ira oposicionista da UDN e provocariam conspirações entre os militares.

Enquanto o país passava pelo processo eleitoral, seu quadro institucional permanecia delicado com a sucessiva troca de presidentes e ameaças golpistas. Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos não foram capazes de normalizar a situação política e garantir a saída de uma grave crise econômica, caracterizada pelo colapso cambial, problemas na exportação do café e alta inflação. (Cf. GIAMBIAGI et al, 2005).

Juscelino Kubitschek se elegeria no pleito de 1955 com 33,82% dos votos válidos, enfrentando a oposição udenista e a tese golpista embasada no argumento de que não deveria assumir por não ter conquistado o voto da maioria absoluta. O apoio do marechal Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra, havia sido de fundamental importância, pois promovera a manutenção da legalidade, isolando os golpistas e garantindo a posse de JK:

Em 11 de novembro de 1955, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, aborta o golpe militar em andamento, que contava com o aval do Presidente Carlos Luz que pretendia impedir a posse de Juscelino. Em um contragolpe, depôs Carlos Luz e empossou na presidência da República o presidente do Senado Federal, Senador Nereu Ramos. Desse modo, garantiu a posse de Juscelino Kubitschek. (PALMA FILHO, 2005, p.3)

O novo presidente seria responsável pela elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, posteriormente conhecido como Plano de Metas. Neste documento ficariam definidas as seguintes áreas de atuação do governo no quinquênio 1956-1961: energia, transporte, agricultura, industrialização de base, alimentação, educação e a construção da nova capital. (Cf. OLIVEIRA, 1955)

A concretização do Plano de Metas contribuiria para a continuidade do projeto industrial de Vargas e a afirmação da ideologia nacional-desenvolvimentista. Esta, por sua vez, fora formulada pelos intelectuais<sup>9</sup> pertencentes ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão criado em 1955, durante o governo Café Filho, cuja influência na elaboração de políticas públicas até o Golpe Militar de 1964 será preponderante. (Cf. BRESSER-PEREIRA, 2004)

---

<sup>9</sup> O ISEB era composto por intelectuais com pensamentos heterogêneos.

De fato, o governo Juscelino Kubitschek conseguiria reacelerar a economia e imprimir grande crescimento. O Estado auxiliou o financiamento de infraestrutura por meio do BNDE a partir do planejamento econômico desenvolvido pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. O capital externo interveio depois da formação da Operação Pan-Americana, através de órgãos como o BID, garantindo a participação das indústrias norte-americanas e européias no processo de modernização do país (Cf. CRUZ, 2000).

Esta opção pelo crescimento presente nas políticas econômicas promovidas por JK promoveria o aumento da industrialização, da urbanização e a realização de grandes obras como a nova capital, Brasília, afirmando o ideário nacional-desenvolvimentista e consolidando o sistema capitalista no país. No entanto, geraria consequências que prejudicariam o cenário econômico nos anos posteriores, pois contribuiriam para o aumento da inflação, do déficit público e da instabilidade monetária, além de alterar significativamente o quadro social nacional, com o aumento constante do êxodo rural e a ausência de políticas sociais que modificassem estruturalmente o Brasil.

## **2 - A educação no período pré-JK (1930-1955)**

A educação é inserida na organização estatal federal a partir do Decreto n. 19.402 de 14 de novembro de 1930 (BRASIL, 1930), com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no governo provisório de Getúlio Vargas por influência de Francisco Campos, que viria a ser o primeiro titular da pasta. Esta ação do novo governo propiciaria a realização de políticas educacionais nacionais

que subordinassem as unidades da federação, algo que não ocorria (Cf. ROMANELLI, 1978).

Em 1931 é realizada a primeira reforma educacional pelo novo ministério. Posteriormente conhecida por "Reforma Francisco Campos", organizou o ensino secundário (Decreto n. 19.890/1931); criou o Conselho Nacional da Educação (Decreto n. 19.850/1931); adotou o regime universitário e criou o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n. 19.851/1931); organizou o ensino comercial (Decreto n. 20.158/1931) e por fim; instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas (Decreto n. 19.941/1931). O objetivo era a criação de um novo sistema educacional que permitisse a integração dos diferentes níveis de ensino e fosse viabilizado por mudanças curriculares.

As medidas da reforma não contemplaram todas as necessidades educacionais do país. Embora fosse inovadora, não promoveu alterações no ensino primário, tampouco garantiu o acesso e a permanência das classes populares ao ensino público, pois grande parte da população ainda residia no campo e não tinha acesso à escola, além do fato de que o currículo era enciclopédico e os mecanismos de avaliação eram severos, tornando ainda mais elitista e nada transformadora a instituição escolar.

A Constituição Federal de 1937, também formulada por Francisco Campos e com clara influência fascista (daria início ao Estado Novo), avançaria na organização de um sistema educacional em nível nacional e na tentativa de inclusão das classes trabalhadoras no sistema escolar, pois garantia a educação como direito de todos e dever do Estado (Cf. Artigo 129 da Constituição Federal, 1937); obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário (Artigo 130 da Constituição

Federal, 1937) e; promoção do ensino vocacional e profissional às classes pobres (Artigo 129 da Constituição Federal, 1937).

Embora garantisse direitos, a Constituição de 1937 institucionalizaria dois modelos de escola, embasados na lógica da reprodução, conforme o avanço da modernização e a conseqüente afirmação do modelo industrial de produção. Aos ricos, a garantia do acesso ao ensino superior e, por conseqüência, aos postos mais privilegiados no mundo do trabalho e aos pobres, o acesso ao ensino técnico-profissionalizante, restrito ao seu caráter tecnicista e sem garantia de continuidade na trajetória educacional, reafirmando a necessidade (que se tornaria constante) de inserção dos mais pobres nas linhas de produção da recém-implantada indústria no país.

## **2.1 - O movimento escolanovista e a educação**

Ao passo que a educação era discutida institucionalmente, a intelectualidade também veio a se manifestar. Postados nas recém-implantadas universidades (USP e UDF), intelectuais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho aderiram ao pragmatismo estadunidense de John Dewey e constituíram o movimento escolanovista no Brasil.

As principais bandeiras do movimento foram divulgadas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e faziam referência à defesa da educação laica, pública e gratuita, além da capacitação docente (todos os professores deveriam ter formação universitária) e a compreensão de uma ação pedagógica envolvendo o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem e a figura do professor

como pesquisador. Tornar-se-ia necessária uma profunda alteração na instituição escolar, modificando as classes e tornando-as, espaços de convivência e trabalho em comunidade.

A psicologia se insere no processo educacional de forma definitiva, pois há grande preocupação dos escolanovistas com a natureza psicológica do aluno, fenômeno pouco presente, segundo o pensamento escolanovista, na pedagogia tradicional. O aluno deverá ser o novo centro do processo pedagógico enquanto o professor, antes figura central e marcada por um princípio de autoridade, seria um facilitador da aprendizagem, incentivando a iniciativa e a espontaneidade do alunado. Sobre o surgimento do ideário escolanovista, lembra Paschoal Lemme:

As idéias e diretrizes que procuravam concretizar-se nas realizações dessas reformas, evidentemente, não surgiram por geração espontânea na cabeça dos educadores. Elas eram impulsionadas, de um lado, pelas condições objetivas caracterizadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais que delineamos anteriormente. De outro lado, começaram a chegar até nós, da Europa do pós-guerra, um conjunto de idéias que pregavam a renovação de métodos e processos de ensino, ainda dominados pelo regime de coerção da velha pedagogia jesuítica. Esse movimento de renovação escolar, que passou a ser conhecido como o da "Escola Nova" ou "Escola Ativa", baseava-se nos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, o respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando o "interesse" como o principal motor de aprendizagem. (LEMME, 2005, p. 171)

O movimento escolanovista conseguiu inserir novos elementos na discussão sobre educação; no entanto, com o surgimento do Estado Novo, a intelectualidade pertencente ao movimento fora isolada do contexto político e um dos seus principais projetos educacionais, a UDF (Universidade do Distrito Federal), fora extinto com a alegação que aquele era um órgão composto por comunistas e subversivos.

## 2.2 - A educação no Estado Novo (1937-1945)

No apogeu do Estado Novo surge a Reforma Capanema, conjunto de decretos que ressaltaria a preocupação do governo com o nacionalismo implantado pela ditadura Vargas. A causa patriótica espelharia a preocupação do governo com a formação humana, pois as futuras gerações deveriam conduzir a manutenção das políticas varguistas. Desta forma, o ensino secundário seria o nível de ensino que mais sofreria alterações:

Já o ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação de consciência patriótica. É que o ensino secundário se destina a preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da Nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência. (PILETTI, 1990, p.95-96)

Dentre as iniciativas propostas pela nova reforma destacam-se as seguintes: a Organização Nacional da Juventude que objetivava ajustar, num claro propósito fascista, a juventude aos princípios do Estado Novo; a nacionalização do ensino público, responsável pela padronização da educação dada a brasileiros natos e imigrantes; além da lei do ensino secundário, que reforçaria a presença das línguas e da educação moral e cívica (Cf. BOMENY, 1999).

Capanema também seria o responsável pela consolidação do ensino técnico-profissionalizante, instituindo a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Lei 4.073 de 1942) que dividiria o ensino industrial em dois ciclos, visando à capacitação do aluno em diferentes níveis para os postos de trabalho nas indústrias, além de criar também o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) que seria dirigido posteriormente pela Confederação Nacional da

Indústria e estimularia esta modalidade de ensino. Ainda no sentido de promover uma educação voltada ao trabalho, o então ministro criou a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, dispondo sobre a qualificação do trabalhador do campo e estruturando a escola rural.

As reformas educacionais realizadas no período do Estado Novo estruturaram a educação em nível nacional e promoveram modelos de ensino que se diferenciavam conforme a classe social que a eles tinham acesso. Essas propostas, além de gerarem graves consequências nas décadas subsequentes, se contrapunham às discussões da época, influenciadas pelo recém lançado manifesto escolanovista. Sobre a política educacional do Estado Novo em relação às perspectivas escolanovistas, Lemme conclui:

O "Estado Novo" (1937-1945) talvez tenha adotado uma orientação mais "realista" em matéria de educação, pois considerou o ensino profissional, para formação de mão-de-obra, como o dever básico do Estado; e, mais tarde, reformou o ensino de 2º grau, dividindo-o em compartimentos estanques, cada um para atender, separadamente, às necessidades de formação de nossa juventude, de acordo com a divisão em classes realmente existente na sociedade brasileira (ensino secundário, normal, industrial, comercial e agrícola). (LEMME, 2005, p.175)

Desta forma se encerraria um período autoritário da história brasileira, cuja marca educacional seria a adoção de modelos educacionais estrangeiros (houve clara influência da Itália e da Alemanha<sup>10</sup> na concepção das políticas educacionais da época que objetivariam a formação dos diferentes setores da sociedade para a atuação no projeto de modernização do país.

---

<sup>10</sup> O perfil autoritário e fascista do presidente Vargas provocaria a adoção de um modelo educacional influenciado por Alemanha e Itália, pois nestes países a educação servia como instrumento de opressão, manutenção do apoio popular e, sobretudo de difusão dos ideais nazifascistas.

### **2.3 - A educação na redemocratização, a atuação do governo Dutra (1945-1950) e as discussões sobre a LDB**

O fim do Estado Novo provocaria a elaboração de uma nova Constituição (1946) que faria a transição do regime autoritário para a democracia. A nova legislação fez ressurgir a idéia da educação como direito de todos, garantindo a gratuidade do ensino primário; a vinculação de impostos para o financiamento do setor; a distinção entre a rede pública e a privada; a laicidade no ensino público. Além dessas medidas, dispôs-se que os estados e o Distrito Federal deveriam organizar seus sistemas de ensino, numa clara demonstração do caráter federativo e descentralizador que a nova Constituição implicaria à educação.

Por inspiração da nova legislação, o ministro da educação Clemente Mariani encaminharia a proposta de formação de uma comissão de estudos que teria como principal função elaborar o projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Inicialmente os debates se deram sobre as formas de financiamento do setor; criação de um sistema federal de educação; garantia da autonomia universitária; sistematização do ensino profissional; entre outras atribuições (Cf. SANTOS, PRESTES e VALE, 2006). E foram se intensificando à medida que os setores da sociedade passaram a expor suas concepções sobre educação.

A Igreja Católica, através de seu principal interlocutor na educação, Alceu Amoroso Lima, influenciou diretamente na elaboração da LDB ao explicitar suas concepções pedagógicas e defender o ensino confessional e privado. Por outro lado, os intelectuais escolanovistas, já presentes no aparelho estatal (CAPES e

INEP) permaneceram defendendo a bandeira da escola pública, laica e gratuita conhecida desde os anos 1930.

As discussões em torno da LDB se alongaram até 1961. Neste intervalo de tempo as divergências entre católicos e liberais escolanovistas foram intensificadas e a presença do ex-ministro da educação Gustavo Capanema como líder do PSD na Câmara dos Deputados atrapalharia a aprovação do texto, pois o deputado mineiro tinha grande influência no cenário político, era reconhecido por sua atuação no ministério e fora decisivo na elaboração do capítulo destinado à educação na Constituição de 1946. Seu maior intento era garantir a formação de um sistema educacional nacional centralizado, contraposto ao pensamento hegemônico da época que acreditava ser necessária a descentralização, constituindo um sistema federativo, que considerasse as diferenças regionais:

Quanto aos sistemas de ensino, a **LDB** (*grifo do autor*) aprovada acabou instruída pela orientação doutrinária predominante no texto constitucional de 1946, sem maiores oposições, e contrariando o pensamento de Gustavo Capanema. A relação entre educação e democracia que se pretendeu estabelecer a partir dela, partiu da necessidade de adaptá-la a existência de um regime federativo, portanto pluralista quanto às diferenciações regionais. A relação entre a iniciativa pública e privada na educação passou a ocupar o verdadeiro local de protagonista nas definições centrais da nova lei, e ainda mais, de suas discussões públicas [...] (MONTALVÃO, p.5, 2010)

O governo Dutra se encerraria, em 1950, tendo como grande contribuição para a educação o encaminhamento do projeto da primeira LDB, embora sua promulgação só viesse a ocorrer em 1961. Esperava-se que Vargas, recém-eleito sucessor de Dutra, retomasse as políticas educacionais elaboradas durante o seu primeiro período como presidente, no entanto o que se viu foi a continuidade do modelo adotado pelo seu antecessor e uma gestão mais preocupada com a

adoção de um programa de desenvolvimento econômico que deveria ser fomentado pelo Estado, que propriamente com a questão social.

Após o suicídio de Vargas, a crise institucional impediu que Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos gerissem políticas educacionais, pois o foco era o combate à instabilidade política e econômica. Dessa forma caberia, então, ao presidente eleito no pleito de 1955, Juscelino Kubitschek, a formulação de novas políticas públicas que mantivessem o país na rota desenvolvimentista e estimulassem a melhoria do quadro social.

### **3 - O ideário nacional-desenvolvimentista e o Plano de Metas**

O país aderiu pela primeira vez a uma agenda governamental nacional-desenvolvimentista no início dos anos Vargas, em 1930, ao adotar um programa de desenvolvimento econômico que se tornaria responsável pela modernização do país a partir da industrialização de base. Embora a lógica estivesse presente nesse período, o ideário nacional-desenvolvimentista só seria formulado anos depois, já na década de 1950, por intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Este instituto fora formado a partir da necessidade gerada pelo programa nacional de desenvolvimento econômico, formulado por Vargas, de aparelhar o Estado para subsidiar as ações governamentais desenvolvimentistas<sup>11</sup>. Caberia ao

---

<sup>11</sup> Getúlio Vargas, durante o seu segundo mandato, criou órgãos como a Petrobras, CNPq, BNDE, CAPES, num claro propósito de re-estruturação da máquina estatal, voltando sua estrutura ao programa nacional-desenvolvimentista. (Cf. SOUZA, 2010)

novo órgão a formulação da ideologia que daria suporte teórico ao projeto que impulsionaria o desenvolvimento do país.

Embora o surgimento do ISEB se dê a partir do decreto 37.608 de 14 de julho de 1955, já durante o governo Café Filho, suas bases foram constituídas anteriormente a partir do Grupo Itatiaia, que reunia intelectuais e técnicos administrativos que estudavam e debatiam os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil. (Cf. SOUZA, 2010)

O pensamento heterogêneo dos seus integrantes promoveria logo uma ruptura no grupo e os remanescentes fundaram uma entidade privada denominada IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) que daria continuidade ao propósito do Grupo Itatiaia de debater a conjuntura brasileira e oferecer soluções aos problemas do país. Desta vez, o órgão se instituiria com atividades científicas e financiamento estatal oriundo da CAPES, então dirigida pelo educador Anísio Teixeira.

O passo seguinte para a incorporação do órgão pela máquina estatal se daria rapidamente. O Ministério da Educação e Cultura criaria o ISEB e o vincularia à sua estrutura administrativa como um centro de estudos e pesquisas composto por intelectuais de diferentes concepções ideológicas e dividido em departamentos destinados a cinco áreas: História, Sociologia, Filosofia, Economia e Ciência Política:

A estrutura administrativa do Instituto era constituída por um *Conselho Consultivo* (50 membros indicados pelo Ministro da Educação); abaixo dele estava o *Conselho Curador* – órgão de direção do Instituto – formado por oito membros, também designados pelo MEC. Os cinco Departamentos criados, responsáveis por pesquisas internas, conferências, formação de quadros e cursos regulares, desempenhavam as funções e os papéis mais significativos e relevantes na vida da instituição. Na época de sua criação, eram eles:

*Ciência Política*, chefiado por Helio Jaguaribe, *Economia*, Ewaldo Correia Lima, *Filosofia*, Álvaro Vieira Pinto; *História*, por Candido Mendes de Almeida e *Sociologia*, Alberto Guerreiro Ramos. (SOUZA, p. 153, 2010)

As atividades do órgão deveriam ter um caráter mais científico que político, embora na prática ocorresse o contrário (Cf. TOLEDO, 1986). A ideologia criada pelos intelectuais do ISEB punha o desenvolvimento econômico acima do social num claro propósito de afirmação do sistema capitalista a partir da modernização do país, decorrente da industrialização. Os teóricos isebianos encontraram no governo Juscelino Kubitschek a oportunidade de colocar em prática a ideologia nacional-desenvolvimentista por eles defendida.

### **3.1 - O ideário nacional-desenvolvimentista reconhecido na atuação de JK**

Kubitschek já explicitara seu compromisso com a manutenção dos programas de Vargas a partir da montagem da sua chapa em conjunto com o PTB. Além disso, a sua experiência como governador de Minas Gerais indicara o seu propósito como administrador de modernizar e promover a aceleração do crescimento econômico. No entanto, o ponto alto da sua vinculação com o ideário nacional-desenvolvimentista se deu a partir da divulgação do Plano Nacional de Desenvolvimento, mais conhecido como “Plano de Metas”, ainda no pleito eleitoral de 1955.

O “Plano de Metas” auxiliaria na inserção da lógica do planejamento na agenda governamental ao estipular diretrizes e metas que a gestão, com o auxílio de recursos públicos e privados, deveria cumprir nos cinco anos de mandato. Os

setores contemplados pelas 31 metas (industrialização de base, educação, agricultura, energia e transporte, além da “meta-síntese” que seria a construção da nova capital) seriam os principais agentes na fomentação do crescimento econômico e foram escolhidos estrategicamente, em conformidade com a vontade governamental em promover o desenvolvimento nacional a partir do regional. Sobre isso, o próprio Kubitschek de Oliveira discursa: *“É certa a tendência moderna da eleição de determinadas regiões de países imensos, como o nosso para submetê-las a um tratamento especial, a um esforço coordenado e amplo de planejamento que oriente sua conquista e seu desenvolvimento econômico”*. (OLIVEIRA, 1955, p. 223)

A partir da posse em 1956, JK colocou o “Plano de Metas” em ação e imprimiu dinamismo à gestão, amparado pela herança de Vargas: as CLTs, o modelo agroexportador e as bases de um programa de industrialização. O capital interno e o capital externo financiariam as grandes obras e o governo poderia propagandar o slogan “50 anos em 5” que prometia 50 anos de desenvolvimento nos 5 anos de mandato presidencial. Estavam consolidados o ideário nacional-desenvolvimentista e a crescente influência da intelectualidade na formulação das políticas públicas até o Golpe Militar de 1964.

#### 4 - A educação no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)

A educação foi inserida no "Plano de Metas", em princípio, por insistência de Clóvis Salgado<sup>12</sup>, que viria ser ministro da pasta durante o governo JK, e também pela necessidade de atuação governamental em um setor que seria estratégico para o projeto nacional-desenvolvimentista. Era necessário qualificar tanto as classes trabalhadoras quanto as elites, pois um país prestes a ser modernizado não poderia viver sob um quadro educacional caótico composto:

[...] das mazelas educacionais: má organização do ensino; organização arcaica, antiquada e deficiente; ensino primário ministrado em dois, três e quatro turnos, reduzido a pouco mais do que nada; escolas técnicas em pequeno número e nível secundário desqualificado; problemas graves na rede física das escolas; professorado de nível primário e médio, geralmente mal preparado cultural e pedagogicamente, na grande maioria leiga e com salários não condizentes; proliferação desordenada e eleitoreira de escolas superiores e particulares (faculdades de filosofia); mais de 50% da população geral analfabeta e menos da metade da população escolar (7 a 14 anos) matriculada (5.700 milhões para um total de 12 milhões). (SANFELICE, 2007, s/p)

A proposta educacional do governo Kubitschek significava a continuidade do ideário varguista de educação: para as elites, a formação em nível superior, e para as classes trabalhadoras, o ensino técnico-profissionalizante. Essa opção correspondia aos anseios do projeto nacional-desenvolvimentista, mas não atendia às exigências dos intelectuais presentes no aparelho estatal, pois estes acreditavam que era preciso modificar estruturalmente a educação no país.

Dessa forma, o governo viu-se em um dilema: dar início a um profundo projeto de re-estruturação social do país, que provocaria uma intervenção mais incisiva no campo educacional, ou incentivar o desenvolvimento econômico a

---

<sup>12</sup> De acordo com Bojunga (2001), o então governador mineiro Clóvis Salgado foi o responsável pela inclusão da educação no "Plano de Metas".

partir da base constituída no primeiro governo Vargas e mantida pelas gestões subsequentes. A opção foi pelo segundo modelo, embora houvesse resistência de determinados segmentos da sociedade.

#### **4.1 - A educação básica e a formação para o trabalho**

A educação básica, no decorrer do governo JK, sofreu intervenções pontuais que objetivavam pôr em prática as diretrizes do projeto nacional-desenvolvimentista. Não se difundiu uma política de aplicação contínua e crescente de recursos na educação básica, como forma de contribuir para a difusão da escolarização e o conseqüente combate às mazelas do quadro educacional. O governo manteve, sobretudo no ensino primário, a organização imposta pela Constituição Federal de 1946:

A escolarização primária foi dividida em fundamental e supletiva. A fundamental era destinada a crianças de 7 a 12 anos, com duração de 4 anos para o curso elementar e um ano de curso complementar preparatório ao exame de admissão ao ginásio (BRASIL, 1946). Conforme o artigo 7º, a matriz curricular para o curso primário elementar estava assim organizada: "I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação à Matemática. III. Geografia e História do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos Manuais. VI. Canto Orfeônico. VII. Educação Física". No curso primário complementar, ao currículo anterior, a lei acrescentou: noções de geografia geral e história das Américas, ciências naturais e higiene e conhecimento das atividades econômicas da região. (ZOTTI, p. 12, s/d)

Kubitschek acabou por centrar esforços, políticos e econômicos, na educação voltada ao trabalho, sugerindo alterações, sobretudo curriculares, no antigo ensino secundário para que este acompanhasse a modernização do país e se voltasse à formação técnica, industrial. Um dos focos das políticas

educacionais do governo estava definido e seguia a alternativa encontrada pelos antecessores, adeptos do ideário nacional-desenvolvimentista, para combater as desigualdades que dificultavam a modernização do país. Dessa forma, o ensino técnico-profissionalizante foi a modalidade educacional escolhida para atenuar a gravidade de parte dos problemas sócio-educacionais do país, pois daria condições, principalmente aos trabalhadores mais pobres, de pleitear empregos na indústria, combatendo um dos maiores "vilões educacionais" da época: a ausência de formação e qualificação.

Esses problemas prejudicavam, mas não inviabilizavam o projeto de modernização e desenvolvimento do país, visto que já eram conhecidas mudanças radicais no quadro socioeconômico do país por causa da industrialização que promoveria a rápida urbanização e o contínuo êxodo rural.

Mesmo atravessando dificuldades, o campo teria papel fundamental, através da agricultura, no financiamento do Plano Nacional de Desenvolvimento a partir do modelo agro-exportador. Era, portanto, necessário que o governo não deixasse de atuar na modernização do campo, intervindo, sobretudo na educação, visto que o número de trabalhadores rurais analfabetos era muito alto e deveria ser erradicado. Sobre as diretrizes da política de educação rural do seu governo, o próprio Kubitschek de Oliveira disserta:

Não há dúvida de que o primeiro passo para a elevação do nível de trabalho na agricultura estará na alfabetização e educação adequada do trabalhador rural, assim como na elevação do padrão de conhecimentos técnicos dos fazendeiros e capatazes. Não devemos, entretanto, desprezar os métodos de demonstração direta, de educação prática e objetiva. Acredito que, além de multiplicar os campos de demonstração e os serviços de extensão agrícola, será oportuna a adoção de um esquema de cooperação que vise a introduzir nas várias regiões do País as conquistas da técnica agronômica (OLIVEIRA, 1955, p. 189)

Tanto quanto viabilizar a modernização da agricultura utilizando a educação como um dos instrumentos, era preciso criar condições para que os trabalhadores do campo e da cidade pudessem ocupar os novos postos de trabalho. Uma das alternativas consideradas para a solução dos problemas relativos à formação das forças de trabalho consistiu na realização da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958, conjuntamente com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (realizada desde início dos anos 1950). Os objetivos da campanha não consistiam somente em erradicar o analfabetismo, que à época chegava a aproximadamente 50% da população, mas também promover a melhoria das condições de vida da população, segundo Madeira (1992, p. 60):

[...] em 1958, em pleno governo "desenvolvimentista" de JK, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Também estas, como a CEAA, tinham como objetivo a extinção do analfabetismo e, ao mesmo tempo, como finalidades sociais mais amplas, a própria melhoria das condições de vida da população, o aumento da produtividade econômica da mão-de-obra e, bem no contexto da época, a formação de atitudes e comportamentos favoráveis ao "desenvolvimento" econômico e social.

No entanto, as campanhas de educação de adolescentes e adultos<sup>13</sup> e erradicação do analfabetismo acabaram sucumbindo à ineficiência do ainda embrionário sistema educacional brasileiro. Diante do fracasso dessas iniciativas, a principal opção do governo JK acabou sendo o financiamento do ensino técnico-profissionalizante, que teve sua verba quadruplicada durante entre 1957 e 1959 (Cf. CUNHA, 1991), e tinha como principal objetivo formar técnicos para o trabalho na indústria, no comércio, na agricultura e no magistério.

---

<sup>13</sup> A CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos) teve o reconhecimento público do seu fracasso educativo, em 1958, quando se realizou o II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Este tipo de política, alicerçada na concepção tecnicista, demonstrava o compromisso do governo com o desenvolvimento econômico e a formação do capital nacional, pois compreendia a necessidade da formação de recursos humanos em detrimento do academicismo, aproximando, nas palavras de Cardoso (1977) a escola da realidade do país, adequando o campo educacional às transformações ocasionadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista.

Apesar do governo tentar aproximar a escola da população a partir da expansão do ensino técnico-profissionalizante, o acesso à educação não foi democratizado, pois as iniciativas governamentais eram ainda muito centralizadas, restritas às regiões tidas como estratégicas ao projeto de desenvolvimento nacional. Desta forma, milhares de indivíduos permaneceram sem acesso à escola e sofreram com a ausência de uma “cultura escolar”. Sem saída, foram gradativamente marginalizados já que o campo não oferecia mais o mesmo número de oportunidades e a indústria não lhes possibilitava o acesso.

Configura-se, então, um processo de industrialização e urbanização do Brasil marcado pela ausência de políticas públicas que re-estruturassem o país socialmente, impossibilitando o acesso de todos os setores da sociedade às ofertas do projeto nacional-desenvolvimentista.

#### **4.2 – O ensino superior e sua expansão**

O ensino superior seria, conjuntamente com o ensino técnico-profissionalizante, um dos principais focos de investimento do governo JK no campo educacional. Educar as elites, visando à futura condução do projeto

desenvolvimentista brasileiro, e as forças de trabalho, para que se garantisse a ocupação dos postos de trabalho nas recém-instaladas indústrias, seria o objetivo do então governo, como afirma o próprio Kubitschek de Oliveira:

A formação de elites dirigentes capazes de interpretar com objetividade as peripécias de nossa luta pela conquista de um continente tropical e o processo histórico de nossa formação social, e de influir, com novas táticas, no destino dessa luta e desse processo: a educação de elites e de massas para a realização de novas tarefas, impostas por novas formas sociais e novas técnicas de vida econômica, eis o objetivo a que nos impelem as circunstâncias do momento que vivemos. (OLIVEIRA, 1955, p. 41)

A Universidade deveria receber um número cada vez maior de brasileiros, quase todos eles pertencentes às classes sociais de maior poder aquisitivo. O ensino superior consolidaria seu aspecto elitista e excludente, algo que seria reafirmado no decorrer das próximas décadas.

Até os anos 1950, o modelo de universidade propagado no país tinha duas grandes influências: a estrangeira e a do Estatuto das Universidades Brasileiras. Este último, idealizado por Francisco Campos, previa a Universidade formada pelo conjunto de faculdades isoladas, e, dependente do financiamento estatal. Além disso, a recém-formada universidade incorporaria à sua estrutura a cátedra, que só seria extinta em 1968. É o que nos mostra Fávero:

Outra questão relaciona-se à cátedra, unidade operativa de ensino e pesquisa docente, entregue a um professor. No Brasil, os privilégios do professor catedrático adquiriram uma feição histórica, apresentando-se o regime de cátedra como núcleo ou *alma mater* das instituições de ensino superior. E mais, a idéia de cátedra contida nesse Estatuto ganha força com as Constituições de 1934 e 1946, subsistindo até 1968, quando é extinta na organização do ensino superior, mediante a Lei nº 5.540/68. (FÁVERO, 2005, p.24)

A influência estrangeira se faria presente, sobretudo na formação da Universidade do Distrito Federal e na Universidade de São Paulo. Ambas as instituições recorreram à contratação de professores estrangeiros, sobretudo

franceses<sup>14</sup>, oriundos de grandes universidades para auxiliar no processo de formação das novas instituições e que fortaleceriam a figura do docente-pesquisador.

Neste contexto, era pequeno o número de universidades instaladas no Brasil. O maior número era de instituições isoladas, as Faculdades, que normalmente abrigavam cursos tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia. Parte das instituições privadas eram fundadas pela Igreja Católica e se propagavam pelo país, sobretudo nas regiões sul e sudeste, fortalecendo o embate entre público *versus* privado na educação durante o governo Kubitschek. Tornou-se, então, necessária a intervenção do governo no sentido de intensificar as ações no campo do nível superior, para que se tentasse garantir o projeto desenvolvimentista em curto prazo. Deu-se então, sob a égide do populismo, o primeiro surto de expansão do ensino superior, como nos mostra Mendonça:

O número de universidades existentes no país cresceu de 5, em 1945, para 37, em 1964. Nesse mesmo período, as instituições isoladas aumentaram de 293 para 564. [...] Essas universidades continuavam a nascer do processo de agregação de escolas profissionalizantes, como é o caso das nove universidades católicas que se constituíram. Na sua maioria, entretanto, eram universidades federais, criadas através do processo de *federalização* de faculdades estaduais ou particulares. A maioria das atuais universidades federais existentes hoje tem nesse processo a sua origem. (MENDONÇA, 2000, p. 142)

O governo Kubitschek se apoiaria na lógica da federalização para dar prosseguimento ao processo de expansão universitária, utilizando os decretos-lei para homologar as novas instituições. Por meio deste dispositivo legal, o governo federal promoveu a criação das Universidades do Pará (Lei 3278/1957), Alagoas

---

<sup>14</sup>A USP havia contratado professores franceses por influência de seus fundadores, entre os quais se destaca Julio de Mesquita Filho, que havia estudado na França e desejava que os docentes da nova Universidade fossem vistos como intelectuais fundadores de uma *intelligentsia* cosmopolita. Por isso o jornal Folha de São Paulo dava ênfase constante em matérias jornalísticas ao trabalho destes docentes. (Cf. SCHWARTZMAN, 2006)

(Lei 3867/1961), Espírito Santo (Lei 3868/1961), Goiás (Lei 3834-C/1960), da Paraíba (Lei 3835/1960), do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina (Lei 3849/1960), de Juiz de Fora (Lei 3858/1960), de Santa Maria (Lei 3834-C/1960) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Lei 3848/1960).

Embora as políticas educacionais sinalizassem a expansão do ensino superior proveniente da criação de novas instituições, o grande projeto para o setor foi desenvolvido durante o governo Kubitschek, que ofertou a estrutura física e possibilitou sua fundação, mas não conseguiu ser concluído até o final da gestão. Era a Universidade de Brasília, cujo modelo de ensino superior era, nas palavras de Anísio Teixeira (1988, p. 165), “... a da escola superior independente e auto-suficiente, governada pela sua oligarquia de professores e de tempo parcial”.

Além da criação de universidades, Juscelino, por meio de seu ministro da educação Clóvis Salgado, promoveu uma política de ampla abertura de crédito para a construção, instalação e ampliação de prédios que viriam a abrigar as faculdades e universidades, promovendo assim a expansão física do ensino superior. Essas iniciativas, aliadas ao aumento significativo da oferta de cursos em nível superior e as modificações curriculares nestes cursos por meio de intervenções estatais, sinalizavam o claro propósito de adequação da formação superior aos interesses do ideário nacional-desenvolvimentista, em síntese, significava a atuação das políticas educacionais na qualificação das elites dirigentes visando à futura condução do projeto de modernização do país.

#### **4.3 – A intelectualidade e a formulação das políticas educacionais no período**

A intelectualidade brasileira esteve ativa no período JK, pois conseguiu poder e influência na nova gestão ao garantir participação na formulação das políticas públicas devido à presença de seus principais quadros em órgãos governamentais como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), a CAPES (então Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Além de estarem presentes na máquina estatal, os intelectuais exerceram forte atuação política na imprensa, debatendo projetos para o país, defendendo seus ideais e repercutindo as políticas governamentais.

Pode-se dizer que os intelectuais mais influentes no governo se dividiam entre desenvolvimentistas, presentes no ISEB, e pragmáticos, oriundos do movimento escolanovista, ocupantes de cargos no INEP, CNPq e CAPES (Cf. CHAVES, 2006). Ambos influenciaram a elaboração das políticas sociais e econômicas do governo JK e apesar das diferenças ideológicas, tinham o mesmo objetivo: a construção de uma nação mais moderna e desenvolvida. (Cf. CHAVES, 2006)

Ao passo que os intelectuais pertencentes ao ISEB (“isebianos”) priorizavam o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, os escolanovistas permaneciam se manifestando a favor do desenvolvimento do país a partir da educação. As concepções sobre a educação eram ainda as mesmas de duas décadas anteriores: uma escola nova, que

modificasse as perspectivas tradicionalistas presentes até então e que fortalecesse a figura do professor pesquisador (Cf. SAVIANI, 2005).

Este posicionamento frente à educação e a possibilidade de atuação dentro do aparelho estatal trouxeram os intelectuais pragmáticos ao cerne das discussões educacionais no país. Fortalecidos, puderam contribuir para a elaboração de políticas públicas que estimularam a pesquisa em educação, articulando-a com a sociologia. Dá-se aí a fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, fundado pouco antes do início do governo JK (em 1955), mas fortalecido durante sua gestão:

Criados [...] logo no início do governo Kubitschek, o CBPE e os Centros Regionais de Pesquisa Educacionais parecem ter tido uma presença marcante no cenário educacional do Brasil, durante o final da década de 50. Sendo órgãos vinculados ao INEP e, portanto, ao MEC, parece-nos possível afirmar que suas iniciativas incluíam-se no projeto de governo de JK. (CUNHA, 1991, p.189)

O novo órgão de pesquisa deveria desenvolver sua atuação apoiado por suas unidades regionais e centrado nos seguintes objetivos: formulação de cursos de aperfeiçoamento para professores, orientadores educacionais e administradores escolares; pesquisa das condições culturais e escolares de cada região aliada às suas tendências de desenvolvimento; elaboração de livros e materiais escolares e, por fim; a criação de planos educacionais que propiciassem a reconstrução educacional do país.

A primeira unidade seguiria a tendência do projeto desenvolvimentista e se constituiria no estado de São Paulo, ficando responsável pela realização de projetos em outras três unidades da federação: Mato Grosso, Goiás e Paraná. As outras unidades dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais se instalariam

em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia e também seriam responsáveis por fomentar regionalmente as políticas sugeridas pelo CBPE.

A unidade paulista, fundada em 1956 por meio de um convênio realizado entre o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade de São Paulo, seria a responsável pelas principais realizações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e sua administração ficaria a cargo de Fernando de Azevedo, um dos precursores do movimento escolanovista no Brasil e teria a presença de Florestan Fernandes e Antônio Candido em seu Conselho de Administração.

A partir de então, vários cursos, seminários e levantamentos seriam realizados, tendo diferentes focos, tais como: o ensino primário, a especialização em educação para a América Latina e a situação educacional do estado (Cf. FERREIRA, 2001). As atividades do CBPE e de suas unidades regionais seriam financiadas pelo governo federal e organizadas por organismos internacionais como a UNESCO em parceria com os representantes do Centro:

Auxiliados por J. Lambert e O. Klineberg, técnicos da UNESCO, os diretores do CBPE elaboraram um plano de ação para o Centro nos anos de 1956 e 1957. Destacam-se, entre as diretrizes do documento - publicado no terceiro número de **Educação e Ciências Sociais** -, a priorização do uso das ciências sociais para a "solução dos problemas educacionais no Brasil"; a necessidade de integrar o sistema educacional com as necessidades de mudança do país, partindo-se de uma "descrição e análise crítica" da educação, no sentido de se poder medir e avaliar futuras mudanças. (CUNHA, 1991, p.186)

Aos intelectuais não caberia somente a responsabilidade, dentro dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, por parte da operacionalização das políticas educacionais propostas pelo governo Juscelino Kubitschek. Estes espaços também promoveram debates sobre a defesa da educação pública, laica e gratuita, provocando a rearticulação do movimento escolanovista em um

momento histórico conturbado para a educação, pois se discutia desde o governo Dutra a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que viria a ser promulgada somente em 1961, após mais de uma década de discussões.

Neste período, Anísio Teixeira (um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova) foi taxado, por setores da Igreja Católica, como “intelectual marxista” por defender a educação pública em oposição ao modelo privado defendido pela Igreja Católica, por seus intelectuais e por setores da UDN, capitaneados pelo então deputado Carlos Lacerda. Os debates, envolvendo o público e o privado na educação, culminaram na elaboração do dispositivo Lacerda, que concebia a educação como um direito de família e estabelecia a igualdade de condições entre escolas públicas e particulares.

A resposta contrária foi dada por um número expressivo de intelectuais (entre os quais se destacam Anísio Teixeira, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Darci Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, entre outros) que constituiu um novo substitutivo, proposto pelo deputado mineiro Celso Brant. No entanto, o maior movimento realizado em torno da defesa da educação pública se deu sob a liderança de Fernando de Azevedo que, em companhia de outros intelectuais, idealizou um novo manifesto, intitulado “Mais Uma Vez Convocados”, que reafirma bandeiras escolanovistas para a educação como nos mostra parte do texto do próprio manifesto:

Mas a educação pública por que nos batemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob inspiração de ideais democráticos. A idéia de educação pública - conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e,

portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem na base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro. (...) A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. Entendemos, por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral, no sentido de que, destinando-se a contribuir para a formação da personalidade da criança, do adolescente e do jovem, deve assegurar a todos o maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais, intelectuais e artísticas. (MANIFESTO MAIS UMA VEZ CONVOCADOS, 1959)

Os debates se estenderam também pela imprensa. No jornal O Estado de S. Paulo, o então professor da USP Laerte Ramos de Carvalho era articulista e criticou em inúmeros artigos os rumos das políticas educacionais do governo Kubitschek, criticando fortemente a opção por grandes obras em detrimento ao investimento em educação.

O jornal Folha de S. Paulo publicou matérias que davam ênfase ao pensamento de Anísio Teixeira e sua atuação à frente do INEP. Já o jornal Última Hora permanecia fiel à sua linha editorial comandada por Samuel Wainer, elogiando as iniciativas governamentais e criticando a atuação do deputado udenista Carlos Lacerda, tal qual se observa no título de uma das matérias da edição de 20 de março de 1959: "Substitutivo Lacerda transformaria em comércio todo o ensino no Brasil!".

Havia também a manifestação da Igreja Católica e da imprensa em favor do modelo de ensino privado. Carlos Lacerda aproveitava o seu próprio espaço (A Tribuna da Imprensa) para manifestar seus posicionamentos e se opor a Anísio Teixeira, como indica o sugestivo título de uma de suas edições (06 de junho de 1959): "O dono da educação está zangado", numa clara referência ao intelectual

baiano. A Igreja se manifestou inúmeras vezes por meio do cardeal gaúcho Vicente Scherer, que chegou a redigir um memorial assinado por outros bispos, pedindo o afastamento de Anísio Teixeira dos quadros governamentais e providências contra a laicização do ensino proposta pelos intelectuais escolanovistas.

Kubitschek não atendeu ao apelo das autoridades católicas e manteve Anísio Teixeira no cargo, fortalecendo o movimento intelectual em torno do educador baiano. Porém, não modificou o rumo das políticas educacionais e manteve como prioridade governamental o crescimento econômico, embora tivesse criado mecanismos estatais que possibilitariam ações do então governo no campo social. Desta forma, o governo JK se encerraria marcado pela opção pelo crescimento econômico em detrimento do social, mas mesmo assim geraria polêmicas no campo educacional (fomentadas pela intelectualidade e pela Igreja), concebendo políticas educacionais voltadas à qualificação de forças de trabalho e à formação de quadros dirigentes no ensino superior. A intelectualidade, por sua vez, permaneceria na vanguarda da educação e da pesquisa, principalmente no campo das ciências sociais e serviria como força de resistência nos obscuros tempos de ditadura que logo tomariam conta do cenário nacional.

## 5 - Considerações Finais

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) significou a consolidação do projeto nacional-desenvolvimentista iniciado por Getúlio Vargas em seu primeiro período como presidente. A opção pelo desenvolvimento econômico através da industrialização tinha como objetivo modernizar o país, sem, no entanto, promover mudanças estruturais no campo social e principalmente no quadro político.

Não se pode desconsiderar o crescimento econômico do período; entretanto é preciso compreender que o processo de modernização do país nos anos JK foi pautado na adoção de um modelo industrial exclusivamente estrangeiro e, portanto, sem identidade nacional, inorgânico.

A formatação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista não foi suficiente para alterar esse processo e subsidiar um processo de formação industrial nacional, que contemplasse as necessidades sociais do país e organizasse um sistema de produção realmente nacional. Pelo contrário, em nome do desenvolvimento, que viria ser nas palavras de Iglésias (1993, p.270) a "razão de ser de tudo", o Brasil se abriu ao capital externo em troca de um processo de industrialização tardia sem estruturação socialmente, dando sequência à formulação de políticas públicas que privilegiam o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

A educação também foi afetada por essa configuração político-econômica, sendo influenciada por um modelo predominantemente estrangeiro que constituiu

uma base sem considerar a diversidade cultural do país, promovendo a meritocracia e a reprodução. Embora o governo Vargas tivesse dado grande contribuição ao iniciar a estruturação do setor em âmbito estatal, seguiu-se a lógica que para constituir um sistema educacional de qualidade era preciso seguir padrões das nações mais desenvolvidas, por isso a grande influência de países como Alemanha, Itália e, posteriormente, Estados Unidos na educação brasileira já nos anos 1930.

O governo Kubitschek deu continuidade a esse modelo de política educacional, pois permitiu a atuação dos mesmos personagens presentes na era Vargas. Como se constata, tanto a base política (composta por PSD e PTB) quanto a intelectualidade presente em diferentes órgãos públicos foram mantidas no centro das discussões sobre o país, impedindo alterações radicais na educação.

As consequências deste posicionamento foram imediatas, pois ao invés do governo priorizar investimentos na educação básica, combatendo efetivamente graves problemas como o analfabetismo e a ausência de uma cultura escolar, optou-se por ações mais imediatas como a expansão do ensino técnico-profissionalizante (este, coordenado pelo sistema S<sup>15</sup>) e também do ensino superior, cujo objetivo central era o atendimento às demandas relacionadas à formação das elites no projeto desenvolvimentista.

---

<sup>15</sup> O “Sistema S” composto por SENAI, SESI, SENAC, SESC, entre outras organizações, ficou conhecido pela atuação do empresariado no campo educacional. As grandes corporações empresariais recebem recursos estatais provenientes do abatimento de impostos destinados às áreas sociais e re-aplicam o montante em educação profissional.

Juscelino Kubitschek, ao aderir ao continuísmo, fez com que o Estado brasileiro mais uma vez se eximisse de combater as mazelas educacionais e tampouco contribuiu para a formação de um sistema nacional, pois as políticas educacionais do governo JK eram fomentadas pelos decretos-lei, mecanismos legais nada progressistas, e dispunham mais sobre trâmites burocráticos como distribuição de recursos, modificações curriculares nos diferentes níveis de ensino e criação de instituições de ensino superior do que propriamente sobre programas (exceção feita às campanhas de alfabetização e de formação continuada de professores, realizadas durante o quinquênio 1956-1961) que objetivassem mudar o panorama educacional.

Dessa forma, pode-se dizer que a educação no governo JK sucumbiu à burocracia governamental cotidiana e à promoção do desenvolvimento econômico em detrimento do social, fenômeno característico de todo o período nacional-desenvolvimentista. O projeto de gestão amparado por determinadas bases, como as CLTs e o modelo agro-exportador, garantiu o continuísmo da política varguista e afirmou uma ideologia governamental instituída ainda nos anos 1930, possibilitando a manutenção da desigual configuração socioeconômica do país a partir da promoção de modelos distintos de educação destinados às elites e aos trabalhadores.

A doutrina nacional-desenvolvimentista encontrara, finalmente, no período JK o seu apogeu e faria do Brasil um país industrializado e urbano, esboçando suposta modernização, mas a nação ainda permaneceria arcaica em sua estruturação social, vitimada por desigualdades e por um sistema produtivo

excludente e por uma educação ainda ineficiente e mal-estruturada no âmbito estatal.

## Referências Bibliográficas

ARVIN-RAD, H., WILLUMSEN, MJ., WITTE, AD. **Industrialização e Desenvolvimento no Governo Vargas: Uma Análise Empírica de Mudanças Estruturais**. Estudos Econômicos, vol. 27, n. 1. s/d.

BASTOS, Pedro P. Z.. **A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base**. 2003. Disponível em <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:zQvo5fTnzx8J:www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/download/texto135.pdf+BASTOS+GETULIO+VARGAS>.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política**. São Paulo. 1975. Tese de Mestrado. USP.

BOJUNGA, Claudio. **O Artista do Impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOMENY, Helena M. B. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. 1999. Ed. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1934. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

BRASIL. **Constituição Federal**. 1937. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

BRASIL. **Decreto 19.890/1931**. 1931. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Decreto 19.850/1931**. 1931. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Decreto 19.851/1931**. 1931. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Decreto 20.158/1931**. 1931. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Decreto 19.141/1931**. 1931. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Lei 3278/1957**. 1957. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Lei 3867/1961**. 1961. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Lei 3868/1961**. 1961. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Lei 3834-C/1960**. 1960. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

BRASIL. **Lei 3835/1960**. 1960. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

- BRASIL. **Lei 3849/1960**. 1960. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)
- BRASIL. **Lei 3858/1960**. 1960. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)
- BRASIL. **Lei 3848/1960**. 1960. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)
- BRASIL. **Lei 4073/1942**. 1942. Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)
- BRESSER-PEREIRA, L. C.. **O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido**. Dados – Revista de Ciências Sociais. 2004. v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004. Rio de Janeiro
- CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: O que trouxe de novo?**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. 2 ed. pp 107-145. Ed. Civilização Brasileira. 2007. Rio de Janeiro.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld. **Desenvolvimento e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 50**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf>.
- CLARK, Jorge U. e PADILHA, Caio A. T. **Um Estudo Que Percorre Desde A Ascensão Ao Poder Às Políticas Públicas Educacionais no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)**. In: Anais da VIII JORNADA DO HISTEDBR. 2008. "Sociedade, Estado e Educação: um balanço do Século XX e perspectivas para o Século XXI". São Carlos/SP. Disponível em: [histedbr.fae.unicamp.br](http://histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em 20 de Dez. 2008.
- CORAZZA, Gentil. **O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional**. *Revista PERSPECTIVA ECONÔMICA*; v.2, n, 1: 1 - 23, jan./jun. 2006. Disponível em <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/48.pdf>
- CRUZ, Marta Vieira. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964)**. 2000. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_083.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html).
- CUNHA, Marcos Vinicius da. **A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. mai-ago. 1991. 72(171) pp 175-195. Brasília.
- FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educ. rev.* [online]. 2006, n.28, pp. 17-36.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. FE-USP. São Paulo. 2001.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo. No período compreendido entre 1956 e 1961. (Jornal)

GIAMBIAGI, Fábio, et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Ed. Elsevier. 2 ed. 2005. Rio de Janeiro.

IGLESIAS. Francisco. **Trajetórias Políticas do Brasil 1500-1964**. 1993. Companhia das Letras. São Paulo.

LEMME, Paschoal. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. jan-abr 2005. V. 86, nº 212, p. 163-178, Brasília.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. **O Desafio Fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC**. Revista Em Aberto. abr-set. 1992. nº 50/51. Ano 10. Brasília.

MANIFESTO. **Mais Uma Vez Convocados**. 1959. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>

MENDONÇA, Ana Waleska P. C.. **A Universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. mai-ago 2000. nº 14. pp. 131-150. ANPED. São Paulo. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/html/275/27501408/27501408.html>

MONTALVÃO, Sérgio . **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. Revista Mosaico PPHPBC/CPDOC/FGV, v. 2, p. 1-22, 2010.

OLIVEIRA, Juscelino K. **Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolai Ltda. 1955.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo. No período compreendido entre 1956 e 1961. (Jornal)

PALMA FILHO, J.C. (org). **Pedagogia Cidadã - Cadernos de Formação – História da Educação**. 3. ed. p. 75-100. PROGRAD/UNESP e Santa Clara Editora. 2005. São Paulo.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 1990. Editora Ática. São Paulo.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 1978. Ed. Vozes. Petrópolis.



SANFELICE, José Luís. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história.** Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.99, pp. 542-557. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302007000200013&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302007000200013&script=sci_arttext&tlng=pt),

SAVIANI, Dermeval. **As Concepções pedagógicas na História da Educação Brasileira.** Comunicações em História da Educação do HISTEDBR, Faculdade de Educação – UNICAMP. 2005. Campinas – SP. Disponível em [histedbr.fae.unicamp.br](http://histedbr.fae.unicamp.br).

SCHWARTZMAN, Simon. **A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social.** *Estud. av.* [online]. 2006, vol.20, n.56, pp. 161-189.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos, et. al. **Brasil, 1930-1961: Escola Nova, LDB e Disputa Entre Escola Pública e Escola Privada.** jun. 2006. Revista HISTEDBR On-line, n. 22, p. 131-149.

SOUZA, Edson Rezende de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950.** Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.1, jan./jul. 2010, p.147-164. Disponível em: [revistas.uepg.br](http://revistas.uepg.br)

TEIXEIRA, Anísio. **Reforma universitária na década de 60.** In: \_\_\_\_\_ (1988). *Educação e Universidade.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 161-187.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias.** 1986. Ed. Unicamp. Campinas.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro. ed. 06 de junho de 1959. Disponível em <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/midia.htm>

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro. No período compreendido entre 1956 e 1961. (Jornal)

ZOTTI, Solange A. **Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial.** In: LOMBARDI, J. C. et al (Org.). *Navegando pela história da educação brasileira.* 1 ed. Campinas: Gráfica FE; HISTEDBR, 2006, v. , p. 1-27.